

Intervenções psicossociais no sistema carcerário: atenção psicológica a mulheres encarceradas na Delegacia de Vigilância Geral do Departamento de Investigações (BH/MG)

Autoria: Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Mestrá/Docente - fgian@uol.com.br; Vanessa Andrade de Barros, Doutora/Docente - vabarros@fafich.ufmg.br; Alessandro Vinicius de Paula, Psicólogo - avpaula@yahoo.com.br; Marcela Ataíde Guedes, Psicóloga - marcela_guedes@yahoo.com.br; Ana Cláudia Ribeiro Miguel, Discente - anaclaudia_miguel@yahoo.com.br - Núcleo de Extensão, Ensino e Pesquisa em Psicologia Política - Departamento de Psicologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Buscamos investigar formas de inserção da população feminina no sistema prisional, contribuindo para produção de conhecimento sobre aspectos relacionados a essa população. Através da modalidade de Plantão Psicológico, realizado na Delegacia de Vigilância Geral do Departamento de Investigações (DI) - localizado na cidade de Belo Horizonte/MG, acolhemos demandas espontâneas de 67 mulheres encarceradas de julho 2004 a julho 2005. Faixa etária variando de 18 a 42 anos e tempo de prisão de 1 a 36 meses. As análises temáticas dos assuntos abordados referem-se ao cotidiano prisional; aternidade e relações familiares e vivências amorosas internas e externas. Análises apontam que as práticas/vivências prisionais compartilhadas pelas mulheres são fundamentais para construção e transformação de suas representações sobre os aspectos do cotidiano prisional. Representações que variam da repulsa/distanciamento/pavor total à aceitação resignada, e transformações marcadas por estratégias individuais e coletivas (apego aos filhos/familiares, práticas religiosas, artesanato, trabalho na limpeza e relações amorosas internas) visam facilitar a dinâmica interna cotidiana. Algumas demandas necessitaram de atenção psicossocial, estendemos então a intervenção à participação em grupos temáticos de trabalho que buscam construir reflexões e ações acerca da percepção das diversas práticas institucionais/sociais/políticas que negligenciam formas de construção de cidadania. Acreditamos na importância e na necessidade da proposta desse projeto para a Psicologia Social em função de as atividades de extensão serem excelentes espaços de formação de alunos da graduação, já que, através delas, os alunos podem aprender fazendo, ou seja, podem se comprometer com a seriedade ética e as competências exigidas para o desenvolvimento de atividades deste porte com a comunidade. Cabe ressaltar aqui que, ao mencionarmos atividades de extensão, nos referimos também à atividade de pesquisa, pois entendemos que há um caráter contínuo de re-significações nos quais estão inseridos os grupos sociais.

Jogos de cidadania: a experiência do programa assistência sócio-jurídica

Autoria: Maria Salete da Silva, Mestre em Sociologia Política, Docente - servicosocial@furb.br; Vanessa Juliana da Silva Santos, Mestranda em Sociologia Política, Docente - vjulian@furb.br

Instituição: Universidade Regional de Blumenau

O Programa Assistência Sócio-Jurídica – PASJ é extensão do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau. Objetiva contribuir para a garantia do acesso à justiça como condição para a efetivação da cidadania dos usuários do Serviço Judiciário. A equipe do PASJ desenvolve os projetos Plantão Social, Interação, Caracterização dos Usuários, GT Rede de Proteção às Pessoas em Situação de Violência Intrafamiliar, Informação e Oficinas de Cidadania. Os Projetos “Informação” – abordagem em sala de espera – e “Oficinas de Cidadania” – abordagem com grupos – têm exigido o desenvolvimento de técnicas e de materiais educativos, tais como folder, jogos, poesias, dentre outros. Até o momento, foram elaborados panfletos versando sobre: alcoolismo; violência doméstica contra a mulher; cidadania e voto; direitos do idoso; e desenvolvidos/adaptados 5

jogos para a abordagem destas temáticas – cartas, trilha, amarelinha, caça-palavras e quebra-cabeça. A inclusão de atividades recreativas durante as abordagens pode facilitar o relacionamento entre o grupo e criar ou desenvolver a sociabilidade do grupo. Além disso, podem ser aplicadas para despertar o interesse antes da reunião e para aliviar a tensão. O uso dos “jogos de cidadania” tem potencializado a intervenção e possibilitado a maior participação dos usuários.

Jovens: protagonismo em assentamentos do Alto Sertão Paraibano

Autoria: Maria Lucinete Fortunato, Doutora, Professora - mlucinete@uol.com.br; Mariana Moreira Neto, Mestre, - moreiramariana@uol.com.br; Rovilson José Bueno, Mestre, Professor - rovilson_jos@uol.com.br

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande

Introdução: este artigo resulta do Projeto de Extensão Relações de poder/saber: protagonismo de jovens em assentamentos rurais do alto sertão paraibano, financiado pelo PROEXT/SESu-MEC (2004). As ações tiveram como sujeitos de sua elaboração jovens e professores que lecionam nas escolas dos assentamentos. **Objetivos:** contribuir para a formação política dos jovens com vistas à sua inserção cidadã no exercício das relações de poder/saber que eles vivenciam e à construção de ações conjuntas que viabilizem a elaboração e execução de políticas públicas que repercutam nas condições de vida e trabalho nos assentamentos. **Metodologia:** o projeto foi desenvolvido com base em princípios metodológicos participativos e na pesquisa-ação, partindo das falas dos jovens acerca das relações sócio-culturais vivenciadas nos assentamentos, às quais orientaram os temas e as reflexões trabalhados por meio de oficinas. **Resultados e discussões:** o projeto aprofundou o debate sobre a educação do campo, as múltiplas formas de convivência com o semi-árido, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável e contribuiu para a construção de novos saberes e de novas práticas. **Conclusões:** as ações extensionistas foram de extrema relevância sócio-cultural uma vez que instigaram a construção de ações e práticas educativas, formais e informais, que possam viabilizar o protagonismo dos jovens.

Juristas Populares: transformando o direito e construindo cidadania

Autoria: Maria Lígia Malta de Farias, Mestre em Ciências Jurídicas, Professora; Matheus Bandeira Onofre, Extensionista voluntário, graduando da UFPB - bandeira@argentina.com; Adônis Tássio Batista de Araújo, Extensionista voluntário, graduando da UFPB - adonistassio@hotmail.com; Oona Caju de Oliveira, Extensionista voluntária, graduanda; Juciany Medeiros Araújo, Extensionista voluntária, graduanda

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Esta atividade de extensão realiza um trabalho de capacitação jurídica e política com líderes de movimentos sociais da Grande João Pessoa. Atua de maneira interativa com esses dirigentes, tendo como meta o resgate da cidadania e o fortalecimento da luta social e de seu respectivo movimento, através da difusão do direito, focalizando seu desempenho no estabelecimento e na troca de experiências entre os estudantes e o público apontado. Pretende-se então trabalhar com as lideranças na construção de uma cidadania que reflita seus interesses e sua cultura e, ao mesmo tempo contribuir na formação de um profissional mais socialmente comprometido. O método de trabalho apóia-se essencialmente na filosofia da Educação Popular, fundamentada por Paulo Freire, associada a uma abordagem do direito que priorize o exercício de uma interpretação social da norma, abalizada nos direitos fundamentais e na ampliação do acesso ao Judiciário. Resultou no resgate da consciência de cidadania pelos moradores, na ampliação das lutas sociais em diversos segmentos e no fortalecimento de uma visão mais humanitária e menos tecnicista por parte dos estudantes. Desta forma, o Projeto deve estar voltado para a transformação social, através da construção da cidadania, da ampliação da Justiça e de um direito emancipatório.

Mapeando área descobrindo terreno, uma ação topográfica

Autoria: Antônio Paulo Cabral de Melo, Orientador - apcdemelo@yahoo.com.br; Adriano de Moura Bezerra, Co-autor - bezerra@pop.com.br; Cristiano Araújo do Nascimento, Autor - cr15714n0@hotmail.com

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Brasil

Introdução: o projeto nasceu do desejo de professores e alunos da universidade e lideranças comunitárias de reascender no povo o resgate da cidadania, dando condições para que a comunidade tome frente de seus direitos com os deveres prestados. Cria-se um "projeto mãe": Resgatando a cidadania, interdisciplinar e interdepartamental. **Objetivos:** resgatar a cidadania: é o cidadão o autor da ação comunitária, libertando-se da mentalidade coronelista na qual a comunidade recebe tudo pronto dos empresários, dos políticos, dos poderosos e permanece eternamente subserviente. Ainda: conhecimento da realidade social, contribuição da engenharia para o resgate da cidadania, possibilidade de trabalhar juntos em matérias diferentes, integração de alunos e moradores, busca conjunta de soluções para problemas, confecção de um mapa geral de cadastro e aferição do conhecimento assimilado pelos moradores através da graduação. **Metodologia:** o presente estudo foi realizado através de visitas "in loco" com implantação de pontos GPS, cadastramento digital do perfil sócio-econômico dos moradores e prática topográfica pelos alunos. **Resultados:** radiografou-se a comunidade e confeccionou-se um mapa cadastral, firmando nas coordenadas UTM e compatibilizando com o entorno. Promoveu-se conhecimentos avançados para uma melhoria vital. **Conclusão:** mediante a confecção do mapa foi possível cadastrar os habitantes do local, auxiliando na inclusão social da comunidade e visto que os mesmos demoraram a reconhecer que o conhecimento passado

Movimento e Cidadania – Ações Sócio-Educativas na Formação de Cidadãos Conscientes e Participativos

Autoria: Herthia Urquiza Baracho, Coordenadora / Docente - herthaurquiza@bol.com.br; Aurélio Iemos Vidal de Negreiros, Extensionista / Discente - lellovidal@hotmail.com; Hamanda Rafaela Leite Ferreira, - Extensionista / Discente - hamandarafaela@bol.com.br; Monique Ximenes Lopes de Medeiros, Extensionista / Discente - moniqueximenes@yahoo.com.br; Tainá Pereira Santa Cruz Costa, Extensionista / Discente

Instituição: Universidade Federal da Paraíba

Introdução: O "Movimento e Cidadania" é um projeto de extensão universitária, que se fundamenta por transmitir noções básicas sobre temas de direito, conscientizando alunos do ensino público fundamental a respeito dos direitos e cidadania. Além de encaminhar problemas desta ordem diretamente aos órgãos competentes ou por intermédio do escritório de prática forense da Faculdade de Direito, da Universidade Federal da Paraíba. **Objetivos:** Assim, tem-se buscado formar verdadeiros cidadãos, sejam estes extensionistas e/ou secundaristas, capazes de auto-conduzir-se em consonância com os poderes e as políticas públicas. **Metodologia:** Para tanto, utilizou-se da pesquisa-ação ao coletar dados referentes à problemática sócio-jurídica dos sujeitos envolvidos. Na seqüência, foram empregadas técnicas de abordagens pedagógicas, como meio de promover com esmero o ensino-aprendizagem das matérias de direito, expostas sob a forma de aulas atrativas, as quais fazem uso de linguagem acessível e da aplicação de atividades lúdicas. **Resultados:** Destarte, a interação sócio-educativa busca formar cidadãos conscientes e participativos, e fez surgir a necessidade de elaboração de material educativo (cartilha, jornal...), como meio de melhor difundir o conhecimento. **Conclusão:** Deste trabalho, enfim, resulta que o Direito é um instrumento de coesão social, capaz de fomentar a construção de uma sociedade mais justa, fundada na cidadania e humanização.

Ninguém consegue sair incólume do inferno

Autoria: Jane Mari Paim*, Bacharel em Comunicação Social (UFSM/RS). Licenciatura em Letras (UNIJUI/RS); bacharel em Direito (UNIJUI/RS) e Mestre em Educação (UNIJUI/RS), e-mail: jane@uemrs.br, Professora universitária

Instituição: UEMS/FIP/UNIDERP

Resumo: Verificar o perfil e o dano/benefício que o sistema penitenciário, dito ressocializador, causa às detentas do Presídio Feminino de Ponta Porã, MS., é o objetivo do Projeto de Extensão que está sendo realizado por acadêmicos do segundo ano do Curso de Direito – Campus de Dourados – da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. O projeto iniciou no mês de julho de 2004 e deverá ser concluído em dezembro de 2005, com a coordenação da Professora Jane Mari Paim. Para consecução do trabalho de pesquisa, os alunos inicialmente tomaram contato com os documentos de cada detenta, onde levantaram todo o histórico. Num segundo momento, partindo dos dados coletados, realizaram entrevistas onde puderam complementar e/ou retificar as informações. O projeto ainda está em andamento, mas já é possível traçar o seguinte perfil: a maioria das detentas tem idade entre 19 e 30 anos; com ensino fundamental incompleto; com filhos; presas por crime de tráfico; não trabalho e/ou estuda. Já é evidente também, a quase absoluta ausência de políticas sociais destinadas à humanização do ambiente prisional e à reintegração do preso à sociedade.

Núcleo de direitos coletivos e o diálogo necessário com o terceiro setor: integração e multidimensionalidade no direito

Autoria: Ricardo Stanzola Vieira – Univali/docente – Mestre em Direito pela UFSC e Doutor em Ciências Humanas pela UFSC - ribas@univali.br; Luiz Magno Pinto Bastos Jr. – Univali/docente – Mestre em Direito Público pela UFSC e Responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica – lmagno@univali.br; Rodrigo Reis Pastore – IDC/técnico – Bacharel em direito pela Univali e advogado atuante no 3º setor – pastore2B@oab-sc.org.br; Volney Campos dos Santos – Univali/docente – Mestre em Direito Público pela UFSC e Coordenador do Núcleo de Direitos Coletivos – volneycs@univali.br

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Brasil

Este artigo tem por meta apresentar os fundamentos teóricos que levaram à constituição do Núcleo de Direitos Coletivos (NDC) do Curso de Direito da Univali/SJ e os mecanismos através dos quais pretendemos promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão e a integração com os esforços de entidades do terceiro setor. Neste sentido, três aspectos merecem destaque especial: a) o papel da sociedade civil na promoção dos Direitos Humanos; b) o desafio de unificar os saberes específicos de cada entidade, o que é executado pelo Núcleo de Direitos Coletivos da instituição de ensino, e, c) quais os termos concretos em que a parceria está estabelecida e quais os objetivos pretendidos. Ao longo do texto, são apresentadas as ações de intervenção concretas a serem promovidas pelo Núcleo que pretendem repercutir nas atividades de ensino (capacitação do corpo docente, definição de interação entre atividades simuladas e demandas concretas em debate no NDC, reflexão sobre o atendimento judiciário e sobre os problemas sociais que o circundam), nas atividades de pesquisa (formação de grupos de estudo, consolidação de linha de pesquisa e de alinhamento de projetos de pesquisa que convergem para os temas debatidos) e nas atividades de extensão (intervenção comunitária de promoção dos direitos humanos, suporte e acompanhamento do projeto de extensão Potencializando a cidadania). Por fim, são apresentados os resultados da parceria, tanto para a comunidade atendida, quanto para a evolução que tal experiência proporciona a ambas as entidades envolvidas.

Núcleo de prática jurídica

Autoria: Mara Regina Caino Teixeira Marchiori Mestre em Educação - maramarc@unifra.br; Vitor Hugo do Amaral Ferreira Professor do Curso de Direito/ UNIFRA - vitorhugo@unifra.br;

Instituição: Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Brasil

Os cursos jurídicos desenvolvem importante papel em todos os setores da vida social, por meio deles, são formados profissionais que exercem forte influência nas mais diversas atividades de uma sociedade. Este artigo é uma discussão sobre o papel do ensino jurídico, se especificam os meios de se desenvolver um processo de ensino de maior eficácia e, nele, condizente com os novos tempos e apto a promover a cidadania. Nesse sentido, o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), órgão do Curso de Direito do Centro Universitário Franciscano, é o espaço ideal à concretização dessas habilidades. Assim, a extensão universitária, no campo do Direito, pauta-se por meio de um projeto pedagógico que operacionaliza e contextualiza o ensino jurídico em uma realidade social, integrando-o à prática, à pesquisa e à extensão. O NPJ foi criado, em 2002, para viabilizar as atividades de estágio, em consonância com as Diretrizes Nacionais impostas pela Resolução nº 9/04, do Conselho Nacional de Educação. Por meio de projetos de inserção na comunidade local, a utilização do espaço físico do NPJ para a realização de pesquisas e formação do ambiente jurídico, foram desenvolvidos projetos e programas de extensão, com amplo alcance social, que integram os acadêmicos com a realidade.

O Direito ao alcance de todos e o juízo arbitral no Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da UFCG

Autoria: João Florindo Batista Segundo, Discente - jf.segundo@uol.com.br - UFCG; Rénio Líbero Leite Lima - Extensionista Bolsista - Discente - reniolima@yahoo.com.br - UFCG; Enderson Danilo Santos de Vasconcelos - Discente - endersonvasconcelos@gmail.com - UFCG; Eduardo Pordeus Silva - Discente - eduardopordeus@gmail.com - UFCG; Ângela M. R. Gonçalves de Abrantes - Mestre em Direito - angelarochag@bol.com.br - UFCG

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG - Brasil

Introdução: o projeto de Extensão "O Direito ao Alcance de Todos" arrima-se na informação acerca dos direitos do cidadão através do rádio. Portanto, a Arbitragem está na ordem do dia das discussões acadêmicas. **Objetivos:** objetiva-se questionar a Arbitragem como meio constitucional de assegurar a aplicação da justiça. **Metodologia:** analisou-se os elementos da pesquisa bibliográfica e de campo quando se visitou, no Recife-PE, uma Câmara Arbitral para que fosse mais bem avaliado o processo arbitral. O método é pertinente à maioria das questões civis e comerciais, excepcionalmente é que os entes públicos podem fazer uso da Arbitragem. No Direito do Trabalho e do Consumidor a possibilidade da arbitragem é polêmica, devendo ser analisada à luz do caso concreto. **Principais Resultados:** os futuros operadores do direito estão discutindo esta forma de solução de conflitos (que não seja a ida ao Judiciário), mesmo que a prática reiterada do contencioso judicial vem demonstrando que é difícil ceder à tentação de buscar essas vias. **Conclusões:** o Núcleo de Prática Jurídica do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) está consolidando uma Junta Arbitral experimental para atender à região de Sousa-PB. Destarte, os métodos extrajudiciais têm vantagens como informalidade, sigilo e economia de custos, além de rapidez.

O Direito ao alcance de todos: a segurança jurídica do uso dos meios alternativos de solução de controvérsias

Autoria: Eduardo Pordeus Silva - Discente - eduardopordeus@gmail.com - UFCG; Rénio Líbero Leite Lima - Extensionista Bolsista - Discente - reniolima@yahoo.com.br - UFCG; Ângela Maria R. Gonçalves de Abrantes - Mestre em Direito/UFCG - Docente - angelarochag@bol.com.br - UFCG; João Bosco Marques de Sousa Junior - Especialista em Direito - Docente - jbadvocacia@newline.com.br - UFCG; Francisco Francinaldo Bezerra Lopes - Especialista em Direito - Docente - fdino@bol.com.br - UFCG

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil

Introdução: o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais/ CCJS da Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG desenvolve a ação permanente de Extensão intitulada "O Direito ao Alcance de Todos" que tem por objetivo prestar orientação e informação jurídicas à população do sertão paraibano, através do meio radiofônico (quatro emissores de rádio da região). **Objetivos:** o presente trabalho pretende discorrer acerca dos meios alternativos de solução de conflitos, como um dos meios de garantia de justiça e dos direitos humanos, enfocados pela referida ação extensionista. **Metodologia:** usaram-se os métodos dialético e histórico-jurídico; recorreu-se à pesquisa bibliográfica para a coleta de dados, estudo e análise do material necessário para implementação da extensão e da pesquisa. **Principais Resultados:** daí enseja o debate e a discussão de temas ligados aos direitos fundamentais, de modo a permitir certa conscientização por parte dos cidadãos. **Conclusões:** é visível o monopólio do exercício da jurisdição por órgãos judiciais (estrutura estatal); por outro lado, em face de um Estado em crise, clama a sociedade por outros meios ditos extrajudiciais de aplicação de justiça, associados, assim, a procedimentos céleres, econômicos e que têm legitimidade perante um Estado garantidor das liberdades individuais.

O estatuto do desarmamento e o referendo à luz do projeto de extensão aplicação dos direitos e garantias fundamentais

Autoria: Camila Pinto Gadelha - discente de direito, belorfontepb@gmail.com, Universidade Federal de Campina Grande; Carla Constância Freitas de Carvalho - discente de direito, c.constancia@bol.com.br, Universidade Federal de Campina Grande; Nara Rúbia Silva Vasconcelos, orientadora - Docente Especialista em Direito Processual Civil, narubia23@bol.com.br, Universidade Federal de Campina Grande; Talyta Roméria Nóbrega Borja de Melo - discente de direito, talytaborja@bol.com.br, Universidade Federal de Campina Grande; Tarsila Maria Ramos da Silva, extension

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Brasil.

Introdução: o projeto de extensão: aplicação dos direitos e garantias fundamentais, atua em escolas do ensino médio do município de Sousa/PB e tem como principal instrumento de trabalho o artigo 5º da Constituição Federal. Tal projeto, em sua edição 2005, tem como mérito esclarecer aos jovens eleitores acerca do referendo previsto pelo Estatuto do Desarmamento, que atribuirá ao cidadão a prerrogativa de opinar sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munição no Brasil. **Objetivos:** preparar os estudantes que participarão do referendo, munindo-os de subsídios para que possam votar de forma consciente. **Metodologia:** o desenvolvimento do presente trabalho dá-se, primeiramente, pelo embasamento teórico dos extensionistas para, posteriormente, aplicar os conhecimentos adquiridos nas oficinas jurídico-pedagógicas junto à comunidade estudantil especificada. **Principais resultados:** o envolvimento dos estudantes na atividade extensionista, com clareza e conhecimento do conteúdo trabalhado, atinge as metas almejadas pelo grupo, visto que muitos desconhecem a força do dispositivo na sociedade brasileira. **Conclusão:** as oficinas realizadas desenvolvem o senso crítico à participação na consulta popular que se realizará no dia 23 de outubro deste ano. A atuação do projeto corrobora com a função social da Universidade ao instruir o público alvo sobre a importância da votação.

O Fórum de Entidades e Movimentos Juvenis de Belo Horizonte e a questão do trabalho em redes: algumas considerações

Autoria: Carlos Eduardo Marques, Estudante de Graduação do curso de Ciências Sociais na UFMG. Aluno bolsista Pró-Reitoria de Extensão (Proex)- Observatório da Juventude. Professor Orientador: **Geraldo Leão**

Instituição: Faculdade de Educação FAE/ UFMG/ Programa Observatório da Juventude

Este texto visa discutir à luz das teorias a importância do trabalho em redes nas políticas sociais em geral, e de forma particular na questão da juventude com a qual trabalhamos. Para tanto iremos fazer um pequeno debate a respeito do tema redes e sobre a questão da juventude para podermos então fazer uma inferência sobre a importância do “Fórum de Juventudes da região metropolitana de Belo Horizonte” na formulação de políticas públicas voltadas para esse setor da sociedade.

O orientador social e o adolescente autor de ato infracional: perspectivas e desafios

Autoria: Mônica do Socorro Thompson de Moraes, Discente, moniquitathompson@yahoo.com.br, Universidade da Amazônia - UNAMA.

Instituição: Universidade da Amazônia-UNAMA-Brasil

Este artigo relata a experiência do orientador social com o adolescente autor de ato infracional no cumprimento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida no Pólo Unama de Liberdade Assistida. O trabalho desenvolvido pelo orientador social no Pólo Unama de Liberdade Assistida, demonstra a distinção desse com o trabalho desenvolvido pelo estagiário e pelo bolsista de extensão universitária, se constitui na orientação sistematizada e no acompanhamento personalizado dos adolescentes no cumprimento da medida, bem como no encaminhamento à rede de serviços sociais pública. O orientador social é um estudante dos Cursos de Serviço Social, Psicologia e Pedagogia, nomeado pelo Juiz da Infância e Juventude / 24ª Vara Cível, conforme preceituado nos artigos 118 e 119 do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA.

O Presídio do Róger e a Situação Penitenciária da Paraíba

Autoria: Lenilma Cristina Sena de Figueiredo Meirelles (Professora Mestre Coordenadora do Projeto de Extensão - UFPB) - lenilmacristina@hotmail.com; Lillian Torelli Vieira (Aluna extensionista da UFPB) lilianorelli@hotmail.com; Helma Janielle Souza de Oliveira (Aluna extensionista da UFPB) helmajissima@ig.com.br; Jackson Emanuel de Luna Camboim (Aluno extensionista da UFPB) jackson_emanuel@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Brasil

Introdução: a pena de prisão tem a finalidade de punição, prevenção, retribuição e ressocialização. Mas o sistema penitenciário não tem proporcionado o alcance dessas funções. Um exemplo a ser citado é o Presídio do Róger, classificado como o mais populoso e povoado estabelecimento penitenciário da Paraíba. Com capacidade para 400 presos, abriga hoje 946 presos e será tomado como retrato dessa realidade carcerária. **Objetivos:** compreender a dinâmica do sistema penitenciário paraibano, especificamente do Presídio do Róger, investigando as reais condições de qualidade e eficiência da assistência jurídica e social aos presos, visando melhor implementá-las, mediante ação extensionista, sugerindo possíveis melhorias, com vistas a estimular a pesquisa sobre o assunto. **Metodologia:** foram utilizados primordialmente, os métodos dedutivo, interpretativo e histórico, bem como técnicas de entrevista, análise de dados documentais, processuais e histórias de vida declaradas. Principais resultados. A superpopulação carcerária paraibana e o desvirtuamento da caracterização geral dos estabelecimentos prisionais aumentam na proporção das dificuldades em oferecer tratamento especial aos grupos de presos. O Presídio do Róger deveria concentrar apenas presos processuais, entretanto, a maioria dos presos nele presentes é de apenados.

Conclusões: não percebemos eficácia de políticas públicas para amenizar a questão da desorganização do sistema carcerário, que poderiam funcionar como alternativas inibidoras da reincidência, minimizadoras da debilidade da proposta da pena de prisão.

O Processo de Empreendedorismo Social na Política Habitacional: uma análise do Projeto de Arquitetura Pública em Cataguases/MG

Autoria: *Merrelaine Marques Gasparoni, Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa, Mestranda em Ec. Doméstica pela UFV, e-mail: merrelaine@yahoo.com.br; Mª das Dóres Saraiva de Loreto; Pós-Doctor Família e Meio Ambiente, e-mail: mdora@ufv.br; Luciane G. Simões Coelho; Graduada em Serviço Social, Mestranda em Ec. Doméstica pela UFV, e-mail: lucianegermanosimoescelho@hotmail.com; Bruno Simões Coelho; Graduado em Administração, Mestrando em Ec. Doméstica, e-mail: brunosimoescelho@hotmail.com; Aline Oliveira Guidis, Graduada em Ec. Doméstica pela UFV, Mestranda em Ec. Doméstica pela

Instituição: Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil

Em países em desenvolvimento como o Brasil, a falta de políticas sólidas na área de habitação constitui um grave problema social, principalmente para a população de baixa renda. Com o afastamento do Estado na gestão e implementação de políticas públicas, tem entrado em cena o Empreendedorismo Social. Um exemplo dessa forma de organização social é a ação empreendida pelo Projeto Cataguases de Arquitetura Pública, que tem como objetivo oferecer serviços de arquitetura e urbanismo à população local de baixa renda; proporcionando, ao mesmo tempo, aos alunos do Curso de Graduação em Arquitetura da UFMG uma formação aproximada à realidade social brasileira. Objetivando conhecer a realidade dinâmica desse projeto social, procurou-se desenvolver uma análise do processo de empreendedorismo social, por meio da descrição factual das experiências do mesmo. A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, teve como unidade empírica de análise o Projeto Cataguases de Arquitetura Pública. Os métodos e técnicas analíticas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica e documental, visita ao Escritório Técnico de Arquitetura Pública e entrevistas semi-estruturadas. Os resultados, apesar de preliminares, mostram os pontos positivos do projeto para todo o público envolvido: as famílias passam a ter acesso a uma moradia diferenciada, que contempla suas necessidades e desejos; os estudantes crescem profissionalmente, ao vivenciarem a realidade prática; a universidade e seus professores realizam sua missão de ensino, pesquisa e extensão; e os demais órgãos colaboradores promovem o desenvolvimento social. Em função dos resultados pode-se concluir que o Projeto funciona como um empreendimento social, produto de interações pessoais, profissionais, culturais e sociais. Através da participação ativa da comunidade local, o Projeto satisfaz as necessidades e demandas da população de baixa renda; melhora as condições do sistema produtivo local, o sistema de relações institucionais, o processo de aprendizagem; enfim, o bem estar econômico, social e cultural da sociedade.

O Pólo unama de Liberdade Assistida: um compromisso com o adolescente autor de ato infracional

Autoria: Zoraide Leitão de Oliveira* Professora Mestra do Curso de Serviço Social e Coordenadora do Pólo Unama de Liberdade Assistida. Docente E-mail: zoraideleitao@unama.br Universidade da Amazônia/Unama

Instituição: Universidade da Amazônia / UNAMA - Brasil

Este artigo propõe a reflexão sobre a experiência do Pólo Unama de Liberdade Assistida enquanto espaço propiciador do cumprimento da medida sócio-educativa de Liberdade Assistida e da produção de conhecimento. O trabalho desenvolvido no Pólo se constitui na orientação e no acompanhamento dos adolescentes no cumprimento da medida, bem como no encaminhamento à

rede de serviços sociais pública, com os recursos humanos constituídos de orientadores sociais, nomeados pelo Juiz e dos alunos bolsistas de extensão. Os adolescentes, as famílias, os orientadores, estagiários e bolsistas participam dos grupos de reflexão e de atendimentos grupais e individuais, além de reuniões semanais para estudos de casos dos adolescentes que estão cumprindo a medida. Trata-se de um estudo qualitativo que utiliza dados quantitativos da pesquisa sobre a trajetória do Pólo Unama, lançada em 2004.

Orientação ao Egresso do Presídio Regional de Blumenau

Autoria: Rubia dos Santos – Professora do Departamento de Serviço Social da FURB/ Fundação Universidade Regional de Blumenau. rubiasantos@furb.br; * Andressa Arrdt – Acadêmica do curso de Serviço Social, estagiária curricular do programa: Violência e Sistema Prisional: Práticas da Universidade no Presídio Regional de Blumenau, FURB; Bárbara Zalasck – Acadêmica do curso de Serviço Social, estagiária curricular do programa: Violência e Sistema Prisional: Práticas da Universidade no Presídio Regional de Blumenau, FURB; Paloma Karina Fodi – Acadêmica do curso de Serviço Social, estagiária curricular

Instituição: Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB

O Projeto de Extensão “Orientação ao egresso do Presídio Regional de Blumenau” tem como proposta a discussão acerca do sistema prisional e as práticas desenvolvidas para a promoção do sujeito à sociedade visando acompanhamento no momento que antecede sua saída, durante e depois, orientando-lhes sobre o acesso a serviços e programas sociais, bem como de seus familiares. As atividades no projeto acontecem através de entrevistas após o confinamento, quando estes comparecem no Fórum da Comarca de Blumenau para assinar o livramento condicional para um cadastro; - atendimentos individuais para orientações e encaminhamentos necessários a partir das demandas que aparecem; - visitas domiciliares para o acompanhamento e ações junto aos familiares; - contato com instituições privadas e públicas a fim de buscar parcerias para o projeto; - atividades acadêmicas de discussão das demandas do sistema prisional possíveis de serem visualizadas a partir do projeto, bem como, elaboração de material científico sobre a temática. Os principais encaminhamentos realizados foram para a rede de serviços do município, orientação sobre os direitos sociais e principalmente atendimento psicológico, bem como a orientação sobre a confecção de documentos essenciais como carteira de identidade e CPF e o atendimento e encaminhamento as necessidades emergências desse público.

Políticas educacionais voltadas à questão de gênero para o combate à violência contra à mulher

Autoria: Maraisa de Figueiredo*, mara_isaf@hotmail.com graduanda/extencionista Direito-UFMG; Taylline da Silva Maia, extgenero@gmail.com graduanda/extencionista Direito-UFMG.; Jailton Macena de Araújo, jailtonmaia@yahoo.com.br graduanda/extencionista Direito-UFMG; Talita Gomes T. S. Magalhães, tatagtsm@bol.com.br graduanda/extencionista Direito-UFMG; Simon Abrantes P. Barbosa, simon_apb@hotmail.com graduanda/extencionista Direito-UFMG.

Instituição: Universidade Federal de Campina Grande-UFMG Brasil

Introdução: Este artigo apresenta o fenômeno da violência de gênero no município de Sousa – PB, a forma como tem sido tratado e propostas para o combate-la. Objetivos: pretende-se, com a discussão, manter um banco de dados sobre o perfil da mulher violentada, assisti-las juridicamente e possibilitar uma política educacional, junto aos docentes, nas escolas públicas do ensino fundamental e médio capacitando-os para o trabalho sobre gênero, junto aos discentes. Objetivo-se, também, mediar a construção de uma consciência social para a igualdade entre os indivíduos. Metodologia: parceria e convênios para assistir às vítimas, e coletar dados, promoção de palestras e encontros com os docentes, eventos para a integração da comunidade com o tema tratado, produção de cartilhas, textos informativos a serem trabalhados com os alunos. Resultados: diminuição dos índices de

violência contra mulher no município, obtenção do perfil municipal no que se refere à violência de gênero por meio dos dados coletados, conscientização da sociedade sobre a temática e suas conseqüências. Conclusões: Com a inserção da educação no propósito de modificar a consciência social estabelecendo a igualdade entre os indivíduos poder-se-á alcançar a diminuição das conseqüências da disparidade entre homens e mulheres criadas pela questão de gênero.

Potencializando a cidadania: firmando parcerias entre a Faculdade de Direito e a Comunidade

Autoria: Samantha Buglione – Univali/docente – Mestre em Direito pela UFRGS (Doutoranda em Ciências Humanas pela UFSC) – sbuglione@uol.com.br; Ricardo Starziola Vieira – Univali/docente – Mestre em Direito pela UFSC e Doutor em Ciências Humanas pela UFSC – ribas@univali.br; Rodrigo Reis Pastore – IDC/técnico – Bacharel em direito pela Univali e advogado atuante no 3º setor – pastore28@oab-sc.org.br; Luiz Magnio Pinto Bastos Jr. – Univali/docente – Mestre em Direito Público pela UFSC e Responsável pelo Núcleo de Prática Jurídica – Imagno@univali.br; Flavia Helena de Lima – NEN/técnico -

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI - São José, SC, Brasil

O Potencializando a Cidadania é um projeto de extensão universitária que tem por objetivo formar lideranças comunitárias no Município de São José, a partir da difusão de conhecimentos jurídicos e sociais relacionados ao exercício da cidadania, seu público-alvo são pessoas que já exercem alguma função de liderança em suas comunidades mas que, no entanto, não possuem a devida formação. O projeto é concebido a partir da idéia precípua de que a educação consiste em um fator de inclusão e emancipação sociais e, por seu turno, de que a educação para a cidadania deve ser fruto de iniciativas que conjuguem conhecimentos teóricos às vivências práticas das comunidades (educação na ação e para a ação). A fim de atingir estes propósitos, o projeto está dividido nas seguintes fases: a) realização de um curso de formação; b) atuação voluntária dos alunos formados; e, c) conexão entre a atuação dos líderes comunitários, formados no curso, e a Faculdade de Direito (através do Núcleo de Prática Jurídica). O projeto encontra-se em fase de execução (segunda fase) e já propiciou a formação de 22 Agentes Comunitários de Justiça, sendo que os mesmos encontram-se desenvolvendo atividades voluntárias em duas frentes de trabalho: a) no atendimento social e encaminhamentos de demandas (3 equipes); b) na coleta de provas para propositura de demandas coletivas (1 equipe).

Princípio da Proporcionalidade e Prisões Provisórias: assistência jurídica no Presídio do Roger-PB

Autoria: Camila de Sousa Medeiros Torres (aluna extensionista da UFPB)camilatortes85@yahoo.com.br; Flávio Pereira da Costa Matias (aluno extensionista da UFPB)flavocostamatias@yahoo.com.br; Gustavo Barbosa Mesquita Batista (professor mestre orientador do projeto de extensão da UFPB) gustavo_batista@ibest.com.br; *Luiz Filipe Cabral Vitória Sena (aluno extensionista da UFPB)luzfilipesena@yahoo.com.br

Instituição: Universidade Federal da Paraíba - UFPB - Brasil

Inserido na temática de Direitos Humanos e direcionado para a problemática do sistema penitenciário no Estado da Paraíba, com foco no Presídio do Roger, o presente projeto consubstancia a ampliação das atividades de extensão na área criminal. Atende, oportunamente, à necessidade de suprir a carente assistência jurídica aos presos provisórios e tornar mais célere a prestação jurisdicional, tendo em vista a extensa demanda de processos pendentes nas varas criminais da capital paraibana. Investido neste desiderato, objetiva assistir juridicamente os presos provisórios recolhidos no presídio do Roger. A metodologia utilizada consiste, primeiramente, na seleção de 10 processos envolvendo presos provisórios e primários. Em seguida, realizar-se-á uma capacitação nas disciplinas de direito penal, processo penal, prática jurídica penal e direitos humanos,

para, posteriormente, se iniciar o efetivo atendimento processual, acompanhado de uma constante reavaliação dos resultados e dos problemas que surgirem durante a execução do projeto. Os principais resultados esperados, em consonância com o cronograma elaborado para as atividades, consistem na prestação de assistência jurídica aos presos provisórios do presídio do Roger. Vislumbra-se a relevância da realização do projeto em face da conjuntura social na qual pretende atuar, por promover a aproximação dos discentes junto à problemática carcerária e processual para proporcionar uma atuação ostensiva da Universidade na comunidade, a fim de que seja cumprido o seu papel social no que tange ao grave problema social, jurídico e político que envolve os presídios brasileiros.

Princípios do Código de Ética do Assistente Social: o início para a discussão sobre Direitos

Autoria: Elydiana de Souza Soares - Discente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará - UECE e bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET. E-mail: elypets@yaho.com.br

Instituição: Universidade Estadual do Ceará - UECE, Brasil

Este projeto está sendo desenvolvido junto aos idosos do Grupo de Convivência São Judas Tadeu, que se reúnem duas vezes por semana no espaço da Unidade de Abrigo – instituição pública asilar para idosos. E tem por objetivo oportunizar aos idosos do Grupo um maior conhecimento de sua condição de cidadão e da profissão de assistente social, através do debate sobre as questões contidas nos princípios fundamentais do Código de Ética da referida profissão. Possibilitando aos idosos um olhar diferenciado e crítico da realidade, através da discussão de questões relacionadas à liberdade, aos direitos humanos, à justiça social, à democracia e ao respeito à diversidade e ao pluralismo. A meta é discutir separadamente cada um dos onze princípios em reuniões com o Grupo, utilizando para isso técnicas grupais e recursos lúdicos, como música, fotografia e vídeo. Dos 11 encontros já planejados, ocorreram 7 e em todos eles os idosos se mostraram bastante interessados em conhecer seus direitos enquanto cidadãos, além de se colocarem criticamente diante de situações que exijam o cumprimento de direitos. O mais importante, contudo, é a sensibilização dos idosos para a questão de seus deveres, fator quase inexistente antes do início do projeto.

Programa de Fortalecimento da Rede de Enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes em Pacaraima

Autoria: Esp. Maria Edith Romano Siems - docente - mromano@dec.ufrr.br; Msc. Geizya Alves Pimentel - docente - geizyalves@hotmail.com; Dr. Carlos Alberto Maranhão Cirino - docente - Cirino@technet.com.br; Msc. Vângela Maria Isidoro Moraes - docente - v.moraes@ufrr.br

Instituição: Universidade Federal de Roraima - UFRR/Brasil

Este artigo tem o objetivo de apresentar a ação desenvolvida no município de Pacaraima, Estado de Roraima, de fortalecimento da rede de enfrentamento ao Abuso e Exploração Sexual de Meninos, Meninas e Adolescentes. Este projeto teve como eixo central o fortalecimento dos atores e instituições responsáveis pelo enfrentamento, tomando por base a pesquisa do fenômeno da ESCCA e sua ligação com o Tráfico de crianças e adolescentes na área de fronteira. Buscou capacitar os profissionais das várias áreas, tornando-as aptas ao enfrentamento da Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente, instrumentalizando e incentivando a comunidade local para a identificação, combate e prevenção do abuso e da exploração sexual de meninos, meninas e adolescentes.

Programa Pró-Egresso: a intervenção do Serviço Social na ótica do direito e da cidadania

Autoria: *Gisele Alves de Sá Quimelli/UEPG - Doutora em Educação - gquimelli@yahoo.com.br; *Luiza Bittencourt Krainski/UEPG - Mestre em Educação - luizabk@ig.com.br

Instituição: Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR

O presente trabalho objetiva apresentar a prática desenvolvida pelo Serviço Social junto ao Programa Pró-Egresso de Ponta Grossa/PR. Consiste num Programa Estadual de Assistência a Egressos do sistema prisional e sentenciados, desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Ponta Grossa. Conta atualmente com a atuação de docentes e discentes de Serviço Social e Direito que atuam de forma multidisciplinar no desenvolvimento das atividades. O programa efetiva-se através do atendimento individual, visitas domiciliares, contatos informais, encaminhamentos a recursos existentes na comunidade, coordenação da prestação de serviços à comunidade, encaminhamentos às instituições assistenciais e atendimento a familiares dos beneficiários. Entre os avanços destacamos o projeto Janela para o Conhecimento (propicia aos beneficiários a substituição da pena pelo retorno aos estudos) e o Projeto Promovendo a Cidadania (oportuniza aos egressos qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho). Busca-se com o projeto facilitar o acesso aos recursos e benefícios disponíveis aos cidadãos portadores de direitos e deveres, mesmo que limitados por outras instâncias. O Programa remete a uma formação acadêmica que contempla o compromisso com a realidade social, com a formação do cidadão com postura ética e política e com a construção de uma sociedade mais justa e humana.

Programa Unicidade e Comunidade: construindo mutirões para a cidadania: Direitos humanos, voluntariado, economia familiar e comunitária

Autoria: Mauro Bittencourt, Ph.D. |Coordenador Geral| - mb6h4@univali.br; Bruno Schmidt, M.Sc. - schmidt@univali.br; Ana Cláudia Delfino Capistrano de Oliveira, M.Sc. - acdel@univali.br; Maria Fernanda A.P.G. Girardi, M.Sc. - mfernanda@univali.br; Maria de Lourdes Alves Zanatta, M.Sc. - maui@univali.br

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, BRASIL

O Programa UNICIDADE estrutura-se em torno de um eixo de multidisciplinaridade de quatro linhas de atuação, a partir do interesse institucional da UNIVALI, das demandas encaminhadas pela comunidade e pelos setores públicos e das linhas temáticas construídas a partir das experiências vivenciadas na primeira fase do programa (2004). Uma das linhas de Atuação é a da Assistência Social [AS], a qual possui como público alvo os comunitários do Bairro Nossa Senhora das Graças, entorno do campus, no município de Itajaí. O objetivo geral desta linha é estimular a participação, organização, e integração comunitária a partir da proposição de ações específicas que correspondam às demandas locais bem como promover exercício da cidadania pela integração da comunidade na busca de soluções dos seus próprios problemas. Metodologicamente, a AS cumpre quatro etapas: 1ª Capacitação: oficinas ref. voluntariado e cidadania, produção de materiais didático-pedagógicos; 2ª: Diagnóstico: diagnóstico detalhado da realidade social, cultural, econômica e política do bairro; 3ª: 'Mutirão' de Cidadania: a partir de reunião prévia com a comunidade, com associações interessadas; 4ª: Avaliação: quanto ao atendimento das demandas. Reiteradamente, após a realização de cada um dos mutirões a equipe avalia internamente os resultados das ações empreendidas, para planejar e realinhar atividades futuras.